



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**SAYONARA FERREIRA DE SOUZA**

**DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO  
ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

**SUMÉ - PB  
2018**

**SAYONARA FERREIRA DE SOUZA**

**DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO  
ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.**

**SUMÉ - PB  
2018**

S729d Souza, Sayonara Ferreira de.

Discussão sobre as políticas públicas de combate ao analfabetismo no município de Serra Branca - PB. / Sayonara Ferreira de Souza. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

24 f.

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Políticas públicas de educação. 2. Combate ao analfabetismo.  
3. Analfabetismo – Serra Branca - PB. I. Título.

CDU: 37:35(045)

**SAYONARA FERREIRA DE SOUZA**

**DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO  
ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. José Marciano Monteiro.  
Orientador – UACIS/CDSA/UFCG

  
\_\_\_\_\_  
Professor M.e. Allan Gustavo Freire da Silva.  
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.  
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 15 de março de 2018.

SUMÉ - PB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso, dando-me serenidade e forças para continuar.

Agradeço ao meu namorado José Damião (Hildo) que esteve ao meu lado sempre, a ele agradeço por toda a compreensão e apoio nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha família nas pessoas de meus pais Severino Miguel e Jamília Ferreira. Meus irmãos, sobrinhos e amigos. Agradeço a todos os familiares que me apoiaram ao longo desses anos, minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus colegas de curso e a todas as pessoas que passaram pela minha vida, e que, de uma forma ou de outra deixaram marcas.

A todos os professores do curso de Tecnologia em Gestão Pública (UFCG), que foram muito importantes na minha vida acadêmica. E a todos os professores que ao longo de minha vida sempre incentivaram na construção do conhecimento.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é discutir sobre as políticas públicas de combate ao analfabetismo no município de Serra Branca-PB. O artigo apresenta essa discussão no município de Serra Branca, que fica localizado no Cariri da Paraíba. As análises das estatísticas sobre analfabetismo foram feitas no referido município, por meio de interpretações dos resultados das últimas pesquisas feitas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1991, 2000 e 2010 e por pesquisas bibliográficas. O interesse pelo tema deu-se através da percepção dos desafios e dificuldades que as pessoas analfabetas encontram de se inserir na vida social, nas atividades intelectuais, interpessoais e por ter dificuldades na compreensão da realidade na qual o indivíduo está inserido. Sendo assim, questiona-se: será que as políticas públicas de combate ao analfabetismo, está tirando, realmente, o indivíduo da condição de analfabeto?

**Palavras-Chave:** Analfabetismo. Políticas Públicas. Educação.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to discuss public policies to combat illiteracy in the municipality of Serra Branca-PB. The article presents this discussion in the municipality of Serra Branca, which is located in Cariri da Paraíba. The analyzes of the statistics on illiteracy were carried out in the city, through interpretations of the results of the last surveys carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the years 1991, 2000 and 2010 and by bibliographical researches. The interest for the theme was through the perception of the challenges and difficulties that the illiterate people find to be inserted in the social life, in the intellectual activities, interpersonal and for having difficulties in understanding the reality in which the individual is inserted. Thus, it is questioned: is the public policies to combat illiteracy, really, really making the individual illiterate?

**Keywords:** Illiteracy. Public policy. Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>08</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>09</b>
<b>3.1</b>	<b>Analfabetismo.....</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – PB.....</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>16</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país caracterizado, profundamente, pelas desigualdades sociais, elevado índice de pobreza e com alto índice de analfabetismo. Segundo Ireland (2012), no Brasil, no período de 2004 – 2010, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), existe uma visível tentativa de desafiar as desigualdades enraizadas na estrutura sócio-econômica brasileira e de dialogar com a diversidade intrínseca da composição étnico-racial nacional, na medida em que se busca consolidar e institucionalizar a educação de jovens e adultos como política pública. Dentre os vários desafios que a maioria dos países latinos se depara está o analfabetismo de grande parcela da população de jovens, adultos e idosos. No Brasil as políticas tanto em âmbito nacional, estadual e municipal colocam como meta a erradicação do analfabetismo com extensiva progressão a outros níveis de ensino, considerando o alto índice de analfabetos concentrados em algumas regiões do país, com taxas mais ou menos elevadas, porém inconcebível no atual contexto histórico, com todo avanço científico e tecnológico já conquistado.

O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre as políticas públicas de combate ao analfabetismo no município de Serra Branca-PB. O artigo apresenta essa discussão no município de Serra Branca, que fica localizado no Cariri da Paraíba. As análises das estatísticas sobre analfabetismo foram feitas no referido município, por meio de interpretações dos resultados das últimas pesquisas feitas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a realização desta pesquisa, que faz uma discussão sobre as políticas públicas de combate ao analfabetismo no município de Serra Branca-PB, foram utilizadas ferramentas da estatística descritiva, quantitativa e análises de revisão de literatura de artigos científicos. O interesse pelo tema deu-se através da percepção dos desafios e dificuldades que as pessoas analfabetas encontram de se inserir na vida social, nas atividades intelectuais, interpessoais e por ter dificuldades na compreensão da realidade na qual o indivíduo está inserido. Pois, é através dos conhecimentos adquiridos na escola e somados as experiências cotidianas que se pode reconhecer os problemas que estão frequentes no dia-dia e a formar um pensamento crítico sobre a realidade compreendendo-a e interpretando-a e buscando soluções. E é através desses conhecimentos nota-se a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Pacievitch (2008) um dos maiores problemas do Brasil é o grande número de analfabetos. A luta para reduzir o índice de analfabetismo é antiga, e a supressão não tem sido

possível. Há tempos a Educação é considerada um dos maiores privilégios dos quais o ser humano pode gozar, porém, no Nordeste o índice de analfabetismo chega a ser altíssimo, também é notável o pouco desenvolvimento socioeconômico no Nordeste brasileiro.

Dentre as ações executadas na esfera municipal, o Ministério da Educação (MEC) assumiu a responsabilidade quanto à alfabetização de adultos e vem realizando, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. Segundo o Ministério da Educação MEC (2012), o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Sendo assim, questiona-se: será que as políticas públicas de combate ao analfabetismo, está tirando, realmente, o indivíduo da condição de analfabeto?

## **2 METODOLOGIA**

No processo de obtenção dos dados a metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, pois a mesma oferece meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas relacionados ao tema. Seguiu-se o seguinte roteiro de trabalho: Exploração das fontes bibliográficas como livros, artigos científicos, entre outros, em seguida a leitura do material que foi conduzida de forma seletiva, retendo as partes essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

Nesse estudo, a revisão da literatura documental foi o instrumento principal de investigação, assim como as pesquisas realizadas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É pertinente registrar que a pesquisa foi realizada em uma abordagem quantitativa. Para a realização deste trabalho, a intenção é verificar o quadro do município de Serra Branca-PB no que diz respeito ao analfabetismo nos anos de 1991, 2000 e 2010. Foram analisados fatos documentais de pesquisas de diversos autores, com base no mesmo foco de informação e assim foi feita uma breve análise para que possa assim ter uma contribuição para a resolução, e até ajudar no combate ao analfabetismo.

## **3 REVISÃO DE LITERATURA**

Apesar dos esforços nacionais, o problema do analfabetismo continua existindo e impedindo o pleno exercício da cidadania pela parcela da população que não sabe ler. Essa exclusão social é desumana, pois mantém o ciclo vicioso da pobreza e impede a evolução econômica do analfabeto que, segundo Freire (1990), é vítima de uma injustiça social que lhe nega o direito à alfabetização.

Segundo Aguiar (2002, p. 16), a definição usada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD- “vê a pobreza como a ausência de escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, o fenômeno é constituído por três eixos fundamentais: a pobreza material, a pobreza intelectual e a pobreza social”.

Os pobres, no entanto, são submetidos, a todo instante, a situações de privação de capacidades e os exemplos são os mais diversos, entre eles, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência, acarretando, conseqüentemente, a falta de acesso à educação e à saúde ou/e promovendo esse acesso de maneira precária.

Para Amartya Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário" diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda.

A pobreza assume no Brasil uma dimensão bem abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil.

É preciso considerar as causas da pobreza, pois, o atendimento das necessidades básicas depende da aquisição de renda, geralmente proveniente do trabalho, nem sempre disponível no mercado. A desigualdade de renda também vem sendo apontada como causa para a persistência da pobreza, sobretudo no Brasil.

Henriques (2003, p. 68) aponta que “é fundamental reconhecer a desigualdade como principal fator explicativo do excessivo nível de pobreza no Brasil”. O autor relaciona não apenas a desigualdade de renda, mas considera também necessária a superação da desigualdade educacional, pois, considera que “a enorme heterogeneidade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte de desigualdade salarial brasileira”.

O termo desigualdade é utilizado para indicar o oposto de igualdade, ou seja, a falta de equilíbrio entre duas ou mais partes. A noção de desigualdade geralmente tem um significado negativo e não significa diversidade (no sentido de que nem todos são iguais, embora diferentes), mas que representa a ideia de falta de equilíbrio entre duas ou mais partes envolvidas. Normalmente, o termo está relacionado com questões sociais e de acesso ao mesmo estilo de vida, fenômenos que tem a ver com a sociedade e que representam o estabelecimento de hierarquias sociais, diferenças e distinções entre diversas classes ou grupos sociais.

Entretanto, dentro de uma sociedade há diversos tipos de desigualdades que podem ser estabelecidas de acordo com o grupo pertencente. De fato, uma pessoa que é discriminada por determinado elemento em sua vida, pode ao mesmo tempo discriminar a outra por outra questão. A desigualdade pode ter a ver também com a etnia, a religião, o gênero, a idade, o conhecimento, etc. Toda sociedade existem essas desigualdades, elas assumem feições distintas porque são constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada sociedade.

Diante de uma sociedade capitalista em constante evolução social e tecnológica que se intensifica ainda mais com a globalização. Essa nova realidade tem gerado uma nova demanda na formação do cidadão, principalmente, com relação à qualificação profissional. Entretanto, se por um lado o desenvolvimento tecnológico substituiu o trabalho humano, aumentando o desemprego. Por outro, a tecnologia otimiza tempo, espaço e cria oportunidades, gerando, portanto, a necessidade de um trabalho mais pensado. Em outras palavras, a força física trocada pelo raciocínio cria uma demanda de qualificação profissional. Sendo assim exige-se cada vez mais da educação buscando a qualificação necessária no desenvolvimento, e acima de tudo uma equalização no ensino de modo geral, no intuito de minimizar essa disparidade social crescente, em parte causada pela desigualdade nas condições da aprendizagem. Aguiar (2002, p. 61) apresenta alguns dados:

O alto grau de desigualdade correlaciona-se fortemente com a fraca estrutura educacional brasileira. É verdade que se ampliou a matrícula enormemente nos últimos 10 anos, porém ainda se convive com altas taxas de evasão escolar

no ensino fundamental. O ensino médio no país ainda está muito longe de ser satisfatório. Atende hoje, conforme dados de 1999, somente 32,6% dos jovens de 15 a 17 anos.

Para o autor mencionado acima, esses dados da realidade educacional e social foram decisivos para que, em 2001, o Governo Federal lançasse o Programa Nacional de Bolsa Escola, tendo como “meta o atendimento de 5,9 milhões de famílias e 10,7 milhões de crianças de 6 a 15 anos em todo o país” (AGUIAR, 2002, p. 61). Não basta simplesmente matricular as crianças e adolescentes na escola, é necessário um envolvimento de todos, viabilizando a permanência e também uma educação de qualidade, visto a educação ser um direito e um princípio de cidadania.

Diante disto, discutem-se programas compensatórios na educação no intuito de melhorar a qualidade da educação pública. Entretanto é preciso atentar para algumas questões. Primeiramente, sabe-se que a falta de estrutura causada pela má distribuição de renda influencia negativamente a qualidade da aprendizagem. Tendo em vista que a maioria das escolas públicas encontra-se com estruturas precárias, sem recursos físicos e financeiros necessários às práticas educacionais. Além da falta de incentivo aos profissionais da educação, gerando desmotivação e falta de condições para investir em uma formação continuada, que vise um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade.

### **3.1 Analfabetismo**

Analfabetismo, como o próprio nome indica, é o desconhecimento do alfabeto, ou seja, a incapacidade de ler e escrever. Segundo a Unesco:

Uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade. (UNESCO, 2010).

Para fins estatísticos, analfabeta é a pessoa acima de 15 anos que não sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples. O analfabetismo é um grave problema na maioria dos países subdesenvolvidos, comprometendo o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento socioeconômico do país. Na sociedade moderna, presume-se que muitos problemas estão diminuindo e um deles é em relação ao analfabetismo. Quando se trata deste assunto, conclui-se que devido às políticas públicas existentes e o processo educativo, o analfabetismo já tenha

sido bastante reduzido. No entanto, este é um assunto que ocasiona muita discussão. No Brasil ainda existem muitas pessoas analfabetas, mesmo com a expansão de escolas e o acesso a educação, este é ainda um problema recorrente

Para que possam conviver com a complexidade da sociedade moderna, a criança, o jovem, o adulto, todos os indivíduos precisam estar informados, preparados e instrumentalizados para melhor exercer a cidadania e as funções essenciais que circulam no embate da vida cotidiana. Tudo aquilo que se coloca diante do indivíduo como desafio no seu dia-a-dia faz parte da cidadania: conhecer a natureza da reforma econômica que vai afetar seu salário e suas condições de vida, assim como conhecer a reforma da Previdência são desafios para nossa cidadania. (FEIGEL, 1996, p.62)

O autor apresenta alguns desafios que precisam serem analisados, no que dizem respeito ao exercício da cidadania e da necessidade da alfabetização.

A educação é essencial para a conquista do desenvolvimento socioeconômico de um país. É por este motivo que os países desenvolvidos possuem altos índices de escolarização. Pode-se afirmar que a educação está entre as atitudes mais importantes de uma sociedade. As políticas públicas tem como objetivo fazer com que os governos executem todas as demandas que surgirem eventualmente para de fato atender as necessidades das pessoas, tudo isso por meio de ações que visem impactar de forma positiva. Políticas públicas são diretrizes tomadas que visam a resolução de problemas ligados à sociedade, inclusive a educação, e tudo mais que se refere ao bem-estar do povo, pois há uma carência dessas ações, não só dessa política como de ações reais nesse sentido.

As políticas sociais, que são as ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma justa. Segundo Souza (2006), além de colocar o governo em ação, é preciso que esta ação seja analisada quando necessário para evitar distorções em sua trajetória, e se houver ruptura no caminho traçado nas ações definidas, propor mudanças. No país são várias as áreas de atuação do setor público no que diz respeito às políticas públicas, uma delas é a educação.

As políticas públicas eram tidas como áreas de ações exclusivas do Estado ou governo, mas devido a mudanças nas demandas por parte da população, especialmente a partir dos anos 80, o tema ganhou maior notoriedade, especialmente em países em desenvolvimento. Não se pode afirmar que exista uma definição universal acerca desse tema. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. De forma geral pode-se afirmar que política pública é o campo do conhecimento que busca, “colocar o governo em ação” e também analisar

essa ação. Quando for preciso propor mudanças nas ações. A elaboração de políticas públicas é uma fase onde os governos apresentam suas propostas de mudanças ou os resultados de seus propósitos que os produziram. (SOUZA 2006, p 24-26).

Em um país em desenvolvimento como o Brasil, onde não se firmou uma democracia consolidada, o papel das instituições é frágil, com forte presença do clientelismo e do patrimonialismo na elaboração de políticas públicas. Os estudos sobre políticas públicas realizados no Brasil foram realizados recentemente e ainda esporádico dando ênfase ou a análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. (FREY, 2000. P.213-214).

No Brasil, ao longo dos anos da história da alfabetização, pode-se constatar a centralidade atribuída pelas políticas públicas a um ou poucos aspectos específicos do processo de alfabetização, tendendo-se a reduzi-lo a aspectos neutros e meramente técnicos. Em virtude da complexidade do processo escolar no país, a história da alfabetização ainda se caracteriza como um complexo movimento, marcado pela recorrência discursiva da mudança, tendo como indicativo uma tensão constante entre rupturas e mudanças, diretamente relacionadas a disputas pela hegemonia de projetos educacionais e políticos e de um sentido moderno para a alfabetização. As políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil precisam se reconfigurar para atender às novas demandas do cenário vigente da educação no país.

São muitas as consequências da história de exclusão social que o modo de produção capitalista expõe os cidadãos, algumas são mais perceptíveis e, por isso mais fáceis de serem descobertas e enfrentadas, outras são veladas, difíceis de descobrir e de superar. O analfabetismo é uma das consequências que é velada, pois silencia os que mais sofrem com ele. (PITON, p. 11, 2008).

Em pleno século XXI, o Brasil apresenta-se como um país estruturalmente desigual, com a riqueza extremamente concentrada por poucos indivíduos, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Apesar dessa herança marcante, o Brasil vem investindo muito na tentativa de diminuir o índice de analfabetismo, e contribuindo no processo de inclusão social.

A alfabetização no mundo tem aumentado, visto que a transmissão do conhecimento depende quase sempre da escrita e, sem a habilidade de ler e escrever, a humanidade exclui-se da cultura e da aquisição de habilidades ou oportunidades. Portanto, a alfabetização pode colaborar para o atendimento

das metas dos indivíduos, contribuindo de forma substancial para seu processo de inclusão social. (DINIZ, 2014, p. 644).

Parafraseando Boeing (2015), ao dizer que o Ministério da Educação (MEC) realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Programa existente nos dias atuais. O mesmo tem como objetivo alfabetizar jovens (a partir dos quinze anos), adultos e idosos. Assim, confirma na resolução do programa: “[...] a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, de acordo com as condições de efetiva participação dessas pessoas em turmas de alfabetização” (RESOLUÇÃO Nº 44 de 05 DE SETEMBRO de 2012).

O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que grande parte destes localizam-se na região Nordeste.

Para Ireland (2012), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode contribuir de uma forma mais eficaz para diminuir as desigualdades existentes, a própria composição multifacetada dessas desigualdades requer políticas intersetoriais que, ao agir de uma forma articulada, possam contribuir para destruir os alicerces dessa desigualdade. O próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social argumenta que tanto a política educacional quanto a política tributária, cujos efeitos sociais estão fortemente articulados, são consideradas como máquinas geradoras de desigualdades. A educação é compreendida como um direito subjetivo de toda e qualquer pessoa independente de outras variáveis, especialmente idade. O direito à educação é garantido pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Constituição Federal brasileira de 1988. É considerado como o primeiro direito social no sentido de que abre portas para outros direitos humanos fundamentais. Ao mesmo tempo, a educação no seu sentido mais escolar tem sido crescentemente incumbida com a responsabilidade de preparar os cidadãos para participar da vida em sociedade e para o mundo do trabalho. Porém, para funcionar como um mecanismo distributivo de justiça e igualdade, a educação precisa operar numa sociedade que garanta a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

De acordo com Morais (2005), mais uma vez encontra-se a idéia de que alfabetizar implica compromisso político muito mais que mero empenho técnico ou metodológico. A falta de políticas educacionais sérias, que caminhem para além da mera constatação dos problemas, mas que apontem propostas para superação dos aspectos que produzem o fracasso estão longe de acontecer. De tão repetido, parece uma velha retórica, desgastada pelo tempo e pelos

modismos, entretanto, é preciso continuar a dizer que necessitamos garantir uma escola de qualidade para as crianças e jovens, especialmente aqueles das camadas mais pobres da população.

Para Paini (2005) é de fundamental importância pensar em ações a serem executadas no País a fim de diminuir o analfabetismo, o analfabetismo funcional e o iletrismo. Numa tentativa de superação da problemática apresentada, aponta-se para os conceitos de leiturização e letramento como uma das possibilidades de alternativas viáveis.

Para Freire, a educação deve visar sempre à libertação, à transformação radical da realidade, para torná-la mais humana, permitindo assim que homens e mulheres sejam vistos e reconhecidos como sujeitos de sua história e não como meros objetos. A educação, na sua visão mais ampla, deve possibilitar a leitura crítica do mundo. Em relação ao papel da educação, para Paulo Freire (2002, p. 72) a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.

Alfabetizar todos continua a ser um projeto e um desafio. E este desafio não é apenas para o professor ou para o aluno. Este é um desafio coletivo, social. Ou deveria ser. Com uma educação melhor e mais inclusiva, o Brasil terá cada vez mais condições de formar cidadãos aptos a viver em sociedade, envolvendo-se com a coletividade e desenvolvendo um espírito republicano. Assim, estará criando as bases para construir um país mais justo e solidário.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA-PB**

Serra Branca é um município brasileiro localizado na microrregião do cariri ocidental, estado da Paraíba. Em 1991 sua população era de 11.716 habitantes, em 2000 houve uma diminuição do número de habitantes, caindo para 11.672, em 2010 o número de habitantes aumentou para 12.973. Já em 2017 sua população foi estimada pelo IBGE em 13.707 habitantes, distribuídos em 738 km<sup>2</sup> de área.

Sua economia baseia-se na agricultura, comércio e principalmente no funcionalismo público. As principais culturas são milho e feijão. Na pecuária predomina a criação de caprinos e ovinos. Existe também uma pequena indústria de beneficiamento da castanha de caju na comunidade das Duas Serras (zona rural). Observa-se também o crescimento da piscicultura artesanal (com uma associação de pescadores) e da apicultura em pequena produção.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Segundo levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, houve um aumento no índice de escolaridade da população adulta do Brasil. Segundo as pesquisas realizadas, no Brasil ainda existe uma imensa gama de pessoas analfabetas, onde 11,8 milhões de brasileiros de 15 ou mais anos, são considerados analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Sabe-se ainda que a maior taxa de analfabetismo está concentrada mais nas regiões Norte e Nordeste.

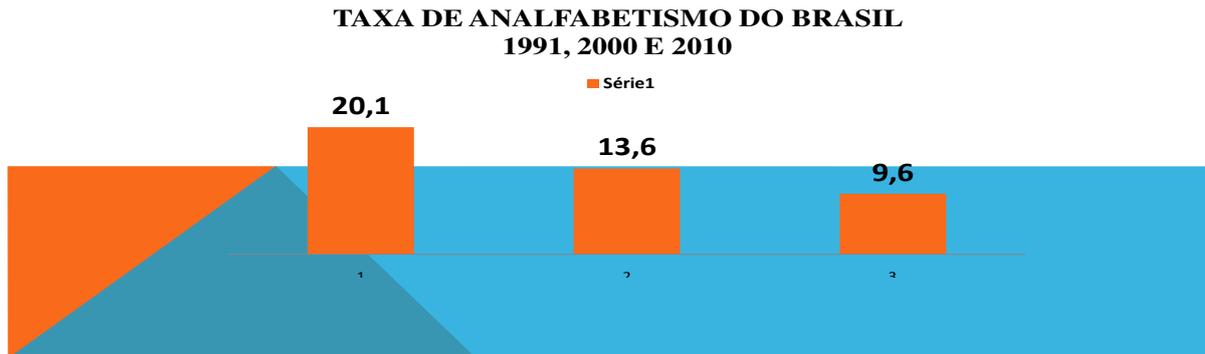
O sistema educacional brasileiro é organizado em educação básica e ensino superior. A educação básica é composta pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A Lei de Diretrizes e Base (LDB) é importante referencial à educação, aprovada no ano de 1996 e reconhecida pela portaria 9394/96. Esta lei é composta de 92 artigos, onde constam temas da educação do ensino infantil até o ensino superior.

É sabido dizer que, a alfabetização de jovens e adultos é um marco para a educação brasileira, onde, promover com sucesso e superar a taxa de analfabetismo são desafios quase que inacreditáveis. Dentre as principais características da Lei de Diretrizes e Bases da educação, fica estabelecido que todo cidadão brasileiro têm direito ao ensino gratuito ao ensino fundamental, onde o direito do ensino médio também deve ser levado em conta.

Podemos observar no gráfico 1 a evolução dos níveis de analfabetismo no Brasil no período de 1991 a 2010.

**GRÁFICO 1:TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL %**

<b>BRASIL</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
(%)	20,1	13,6	9,6



**Fonte:** Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística.

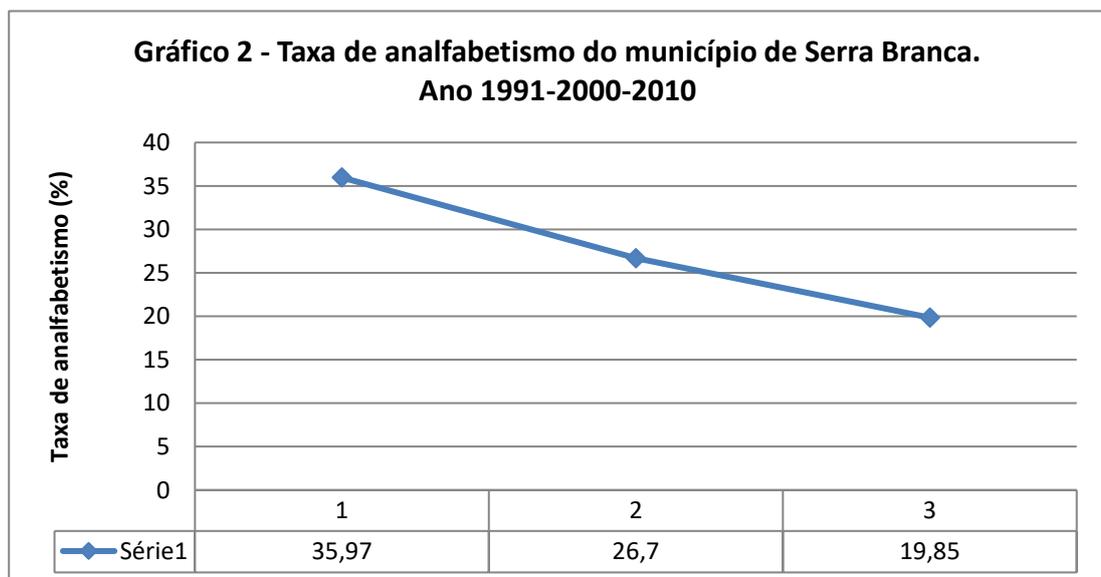
Nota-se que houve uma queda nos níveis de analfabetismo no Brasil de 1991 a 2010. Segundo os dados obtidos, no ano de 1991 as taxas de analfabetos da pesquisa apontam 20,1%, em 2000 a taxa de analfabetos cai para 13,6% já em 2010 cai para 9,6%. Devido as políticas de combate ao analfabetismo implantadas no país, a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode-se notar através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) essa diminuição do índice de analfabetismo.

Frente aos dados obtidos, no Brasil a taxa de analfabetos ainda é muito alta, em relação a outros países subdesenvolvidos. A área onde mais se localizam, são as regiões com maior índice de pobreza, como a região Nordeste. Enquanto em todo o país o taxa ficou em 9,6%, no Nordeste ela atingiu o índice de 19,1%, seguida das regiões Norte (11,2%), Centro-Oeste (7,2%), Sudeste (5,4%) e Sul (5,1%).

O Sul foi a que registrou o menor índice de analfabetos. Para que seja erradicado completamente o analfabetismo no Brasil, entende-se que, primeiramente, deve-se garantir uma política pública voltada para a realidade do indivíduo. Que os gestores públicos se preocupem mais com o desenvolvimento e o bem-estar do ser humano, e não pensar só em dados estatísticos que não condizem com a realidade. Não há como resolver o problema do analfabetismo se não alfabetizarmos as crianças na idade correta. Uma criança que não aprende a ler e a escrever

quando deveria, começará a enfrentar dificuldades para acompanhar os conteúdos e acabará desistindo da escola.

No que se refere aos dados educacionais, observa-se que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, no município de Serra Branca, é bastante alta. O município de Serra Branca em 1991 com uma população de 11.716 habitantes tinha a taxa de analfabetismo de 35,97 %. Em 2000 houve uma diminuição do número de habitantes, caindo para 11.672, a taxa de analfabetismo ficou com 26,70%. Em 2010 o número de habitantes aumentou para 12.973 e o número de analfabetos diminuiu para 19,85%. Assim percebe-se que de 1991 e 2010 esse número diminuiu 44,8%. No entanto, o que os dados do IBGE mostra e que de 1991 para 2010 o analfabetismo no município de Serra Branca diminuiu de forma expressiva. É o que mostra o gráfico 2 e o quadro 2.



**Fonte:** Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013)

**Quadro 2 - Diminuição do índice de analfabetismo no intervalo de uma década**

Serra Branca	1991-2000	2000-2010	1991-2010
%	25,7%	25,6	44,8

**Fonte:** Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013)

Como é apresentado, o município de Serra Branca mantém um declínio nas taxas de analfabetismo, essa redução percentual poderia ser explicada, a priori, como resultado de políticas públicas implementadas no município. No entanto, somente um estudo mais aprofundado, e com análise completa dos dados e relatórios dessas ações, é que se pode estabelecer as causas desses índices regredirem nessas duas décadas. Não se pode ignorar a possibilidade de que a mortalidade de muitos analfabetos tenha contribuído para esse resultado já que existe uma maior concentração de analfabetos entre as pessoas mais idosas. Também não se deve desconsiderar os movimentos migratórios como um fator relevante para explicar a persistência de um número significativo de adultos analfabetos ou até mesmo as políticas de combate ao analfabetismo a exemplo do Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Para além das análises gerais, é possível captar uma dinâmica interna da política de alfabetização por meio de alguns dados disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, no site oficial do Ministério da Educação (MEC), especificamente, sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

O que os dados nos mostram é um declínio do número de analfabetos, não só no município de Serra Branca-PB, mas em todo o Brasil. Embora, os dados apresentem isso, a partir de uma observação participante na condição de alfabetizadora do programa de Educação de Jovens e Adulto (EJA) foi possível constituir um olhar crítico-reflexivo, e assim constatou-se que parte significativa destes que estão nesse índice, portanto, aqueles que são considerados alunos do EJA, apresentam sérios problemas no que diz respeito ao código legítimo, ou seja, a linguagem. Esses alunos da EJA não tem o domínio do ponto de vista da linguagem e não tem o domínio da escrita. Entretanto, esta experiência também mostrou e fez ver, de perto, as

dificuldades que os professores, os alunos e a Educação em geral enfrentam. Faltam mais investimentos da parte dos governantes como forma de incentivo a modalidade da Educação de Jovens e Adultos como foi citado anteriormente. Não se pode pensar apenas em dados estatísticos é preciso ver se aquele indivíduo, realmente, está saindo daquela condição de analfabeto e se inserindo no grupo dos alfabetizados e que não tenha dificuldades de dominar a escrita e a leitura.

Com base nas experiências vivenciadas como alfabetizadora do Programa EJA, foi percebido o quanto o programa precisa se aprimorar, principalmente, quando se trata de formação, e na necessidade de tempo suficiente para uma melhor aprendizagem. Pois, com as experiências de alfabetizadora da EJA, percebeu-se que os alunos que estavam sendo alfabetizados não conseguiram, no tempo determinados, dominar a leitura e a escrita. Sendo assim, o tempo determinado para alfabetizar um aluno da EJA é insuficiente para que ele saia da estatística de analfabeto. Mas o que se sabe é que mesmo assim, essas pessoas são consideradas como alfabetizadas. Assim para os dados do IBGE essas pessoas não são incluídas como analfabetas, fazendo com que haja uma diminuição da taxa de analfabetos nos dados estatísticos. No entanto, o que se tem que levar em conta é uma imposição do governo, que através da secretaria de educação municipal, faz com que o educador aprove os alunos mesmo sabendo que os mesmos não conseguem dominar a leitura e a escrita. Infelizmente, hoje o Brasil optou pela quantidade a qualquer custo. E o resultado disso é a enorme quantidade de analfabetos funcionais com diploma. O nosso país deveria se esforçar em alfabetizar com qualidade, mas o que é priorizado é a quantidade e não qualidade. Também não se podem esquecer os professores, que precisam de melhoria nos cursos de formação dos docentes, remuneração adequada, capacitação continuada, etc. Sabe-se que é difícil, mas o investimento na qualidade da educação é a única forma capaz de reverter esse quadro educacional brasileiro tão triste. No entanto, o que prevalece é apenas a lógica do programa.

Embora outros estudos mais detalhados devam ser realizados e dados mais detalhados devam ser obtidos para que seja realizada um aprofundamento em relação a educação, estes dados nos levam a entender que a educação é essencial para a qualidade de vida, e conseqüentemente para uma vida melhor. Portanto, se deve negar a importância do investimento em políticas públicas de educação de jovens e adultos e na redução dos índices de analfabetismo.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho nos permite refletir sobre a complexidade da questão educacional. A educação pode possibilitar que os alunos reescrevam suas histórias de vida. Entendendo-se o direito ao aprendizado do ler e escrever vai além da posse das “primeiras letras” e requer a apreensão dos significados e do entendimento global do que se lê. A concepção do ato de ler perpassa pelo entendimento de que a leitura é algo qualificador com poder de elevar não tão somente o conhecimento intelectual como a própria autoestima, é um fator que se bem cultivado na vida das pessoas é capaz de ampliar sua visão de mundo. “O processo que envolve uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, é uma compreensão que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2009, p.11). Há um número significativo de analfabetos funcionais, o que deixa bem clara a necessidade de mudanças nas políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

Referente ao município de Serra Branca-PB, o que os dados estatísticos nos mostra é que o ritmo de redução do analfabetismo produzido a partir das ações do PBA e da EJA tem estado muito aquém do que seria necessário para que fosse garantido o direito constitucional de acesso ao ensino fundamental a todos os cidadãos, embora estas ações possuam uma indiscutível relevância educacional e social.

As políticas públicas devem não apenas existir, mas devem chegar às escolas e salas de aula. Não podem estar apenas nas ementas, constituições, diretrizes e planos, elas devem ser constantemente revisadas, repensadas, de forma que saiam do papel e possam ser vistas na prática. A modalidade da EJA precisa ser vista para além da alfabetização e da prática discriminatória, pois ensinar jovens e adultos não se trata de ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome ou desenvolver atividades isoladas da atualidade e da realidade em que vivem. É oferecer uma escolarização ampla, de qualidade em todos os sentidos e que os permita estarem mais preparados para o mercado de trabalho, para a prática social e a consciência de uma cidadania como ação transformadora das estruturas sociais.

Há ideia que o analfabetismo fosse considerado empecilho para realizar o exercício da cidadania. É verdade que o analfabetismo priva as pessoas nesta condição a desenvolverem algumas atividades na sociedade, mas não as impedem de construir relações sociais e muito menos de serem consideradas cidadãs. Pois, o exercício da cidadania é um direito de todos, indiferentemente de sua condição social, econômica e intelectual. Com isto, foram realizadas

várias ações e políticas públicas para que as pessoas, principalmente os adultos, pudessem ter acesso à educação. Uma dessas maneiras foi através do Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, cabe ressaltar que apesar das melhorias, ou seja, da redução da taxa de analfabetismo, esses índices são preocupantes e que merecem atenção por parte dos governos. Por fim, destacamos, mais uma vez, que estudos como esses são importantes e que é preciso continuar pesquisando e analisando dados dessa natureza.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo. **Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, 2013.

BOEING, R. F. R. BORBA, A. N. GÖTZINGER, A.B. LOPES, F. A. SANTIAGO, V.N. **Políticas e programas de erradicação do analfabetismo no Brasil nas últimas quatro décadas**. Educere, Itajaí/Sc, 2015.

BRASIL. **Medida provisória n. 132** de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade — Secad. Disponível em: [portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao](http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao). Acesso em: 22/02/2018.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 44 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012**. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

DINIZ, Gleison Mendonça; MACHADO, Diego de Queiroz; MOURA, Heber José de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 48(3):641-666, maio/jun. 2014.

FEIGEL, Zilda. **Educação de Jovens e Adultos e construção da cidadania**. Publicado em: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, org. Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 26º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização: leitura do mundo e leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: Em três artigos que completam**. 50 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, Nº 21 - Jun./2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil**. In Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Organizado por Marlova Jovchelovitch Noletto e Jorge Werthein – Brasília: Unesco, 2003.

IRELAND, Timothy Denis. **Educação de Jovens e Adultos como Políticas Públicas no Brasil (2004-2010):** os desafios da desigualdade e da diversidade. Revista Rizoma Freireano, Instituto Paulo Freire de Espanha. - Nº 13, 2012.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; ARAÚJO, Mairce da Silva . **Alfabetização e analfabetismo no Brasil:** algumas reflexões. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP), v. Ano V, 2005.

PAINI, L. D. et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. **Acta Scientiarum Humanand Social Sciences:** Maringá, v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

PACIEVITCH, Thais. **Analfabetismo.** Infoescola: navegando e aprendendo. 2008. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/analfabetismo>>. Acesso em: 22/02/2018.

PITON, Ivania Marini. **Sobre a escuridão e o silêncio do analfabetismo e os sentidos e significados da alfabetização.** In: 31 Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambu. Anais da 31 Reunião Anual da ANPED, 2008.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, nº 16, jul./dez., 2006, p. 20-45.

UNESCO. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos.** Brasília: UNESCO; Hamburgo: UIL, 2010.